

Atividade de trabalho humana: características e desafios para a sua compreensão

Human Work Activity: characteristics and challenges for your understanding

Joseane Tavares de Azeredo Silva; Hélder Pordeus Muniz

Universidade Federal Fluminense.

RESUMO:

O objetivo do artigo é caracterizar a atividade de trabalho humana, mostrando como ela é fundamental para a regulação da variabilidade nas situações de trabalho. Além disso, essa noção tem como característica não se apreender facilmente, posto que é movimento, criação de saberes e histórias. A noção é trabalhada observando diferentes entradas, ou formas de abordá-la, e com o auxílio da perspectiva ergológica e da ergonomia da atividade. A atividade humana é complexa e imprevisível; convoca as microgestões e autorregulações do trabalho; produz o mundo simbólico; tem sempre finalidade e demanda formação de compromisso; produz respostas originais e conhecimento/saberes em todos os níveis. Por fim, são descritos dois tipos de temporalidade envolvidos na atividade: o tempo espacial e o tempo-devir.

Palavras-chave: atividade humana; Psicologia Social do Trabalho; Ergonomia; Ergologia.

ABSTRACT:

The main purpose of this article is to characterize the human work activity showing how fundamental it is to the regulation of the variability in the work situations. Furthermore, this notion has the characteristic of not to apprehend so easily, for the reason that it is, in fact, movement, creation of knowledges and histories. The notion is worked by observing different attributes or ways to approach it, with the help of the ergological perspective and the ergonomics of the activity. The human activity is complex and unpredictable; it calls out the micromanagement and the self-regulation of work, therefore it produces the symbolic world; there is always a purpose and it demands a degree of commitment; it also produces original answers and knowledge in all levels. To conclude, there is described two types of temporality involved in the activity: the spatial time and the time to come.

Key-words: Human Activity; The Social Psychology of Work; Ergonomics; Ergology

Neste artigo traremos alguns aspectos importantes a respeito da atividade humana, que é uma noção fundamental para a Psicologia Social do Trabalho por convocar uma postura de pesquisa-intervenção que busque compreender o seu movimento. Ela é um processo a ser acompanhado em seu acontecer, que está sempre a

reinventar-se, sendo, a todo momento, um ‘vir a ser’ que se desdobra a partir da própria pesquisa e no fazer dos próprios trabalhadores, e não um objeto que possa se dar a conhecer facilmente.

Nesse sentido, buscamos nos aproximar dessa noção sem cair na tentação de que seria possível uma descrição ou definição única que desse conta de sua complexidade. Optamos por fazer isso por meio do que chamamos de ‘entradas’, que nos possibilitarão transitar, pelo menos em parte, por sua complexidade. Decidimos construir esse caminho tentando tecer uma narrativa a partir das várias vozes presentes nas leituras que fizemos de autores da Ergonomia¹ e da Ergologia². Inspirando-nos em Schwartz (2008), dizemos que a atividade industriosa humana é uma noção sobre a qual nunca será dita a última palavra. Isso porque a atividade humana está sempre se reinventando e produzindo histórias.

Entrada 1: Enigmática, imprevisível, imprecisa, complexa

Béguin (2006) diz que o termo ‘atividade’ é uma noção muito ampla, imprecisa e vaga, e que é preciso um trabalho de construção teórica e crítica para torná-la um conceito. Ele afirma que não podemos estudar o sujeito e a tarefa a realizar separadamente; o desafio estaria em conseguir estudar esse acoplamento sujeito-tarefa sem o privilégio nem de um, nem de outro. Nessa mesma linha de pensamento, Yves Schwartz (2008), em conferência sobre a atividade, revela que tentar conceitualizar a atividade industriosa humana, tratando-a como objeto, transformando-a em um conceito abstrato fechado com o objetivo de dar conta totalmente dela em vez de produzir e desenvolver o conhecimento sobre ela, pode trazer um empobrecimento dessa noção, porque a construção de um conceito demanda, muitas vezes, a eliminação das variabilidades que atravessam o fenômeno estudado.

Já Silva (2006: 51), trazendo as ideias de Leplat, diz que “o estudo da atividade pode ser considerado segundo duas perspectivas: a partir da tarefa e a partir do seu agente”. Nesse sentido, a tarefa, a atividade e o seu agente dizem respeito a uma ‘multiplicidade de interações’. Esses três elementos seriam também “dinâmicos e se co-determinam mutuamente” (SILVA, 2006: 52).

A autora diz ainda que Leplat aponta uma ‘terceira perspectiva’, a partir da “concepção dinâmica e interdependente das relações entre tarefa e agente” (SILVA, 2006: 52), em que a atividade é vista, então, como “uma conjunção do sujeito e da tarefa”. Essas interações são complexas e, desse modo, sua análise também; elas não se

dão a conhecer facilmente. São interações que produzem transformações em seus termos e também em seu meio, pois, a partir delas, emergem novos artefatos que também vão interagir, provocando novas mudanças. Ou seja, a atividade não é um ‘resultado’ que possa ser totalmente previsível entre o agente (e suas características) e as características da tarefa. Não é um simples somatório de elementos; ao contrário, há sempre interrelações complexas. E, nesse encontro em que a atividade se dá, ela própria modifica, em um mesmo movimento, tanto o agente da atividade, o trabalhador, como a tarefa que foi prescrita.

Assim, Silva (2006) chama a atenção para o fato de que, para Leplat, qualquer análise, mesmo levando-se em consideração esses aspectos, é sempre redutora, tem seus limites. Nunca daremos conta de tudo o que atravessa a atividade. Nesse mesmo caminho, Béguin (2006) destaca que, em Ergonomia, o conceito de ‘atividade de trabalho’ refere-se ao que é especificamente humano no trabalho, mas pondera sobre o fato de que as relações entre o sujeito e a tarefa são ‘conflituosas’, ‘difíceis’, e que esse acoplamento entre sujeito e tarefa não é algo ‘quase automático’ como possa parecer. Ele diz que, “ao contrário, a análise do trabalho nos tem mostrado que, amiúde, a tarefa se volta a pôr em movimento na atividade do trabalhador” (BÉGUIN, 2006: 58) e que “temos que fixar uma dupla fronteira. Por um lado, nos afastamos da atividade quando o que se busca captar é o trabalho do trabalhador unicamente no nível do sujeito [...]. Por outro lado, também, nos afastamos dela quando se busca instalá-la dentro das características das situações, só em suas dimensões artefactuais ou organizacionais” (BÉGUIN, 2006: 58).

Nesse sentido, para Béguin (2006), o estudo da atividade humana implicaria o entendimento da inseparabilidade entre o sujeito e o que ele tem a fazer, e é nessa interface que os estudos e as pesquisas precisariam focar. Já para Schwartz (2008: 98), a noção de atividade pode ser definida como a “universalidade de relação entre normas antecedentes e tentativas de renormatização”, além de afirmar que a noção de atividade perpassa muitos saberes disciplinares e, por isso, os conceitos dessas disciplinas são passíveis de serem sempre retrabalhados “através da imersão na atividade humana”. Schwartz (2008: 98-99) acrescenta que “não pode existir como ciência uma teoria da atividade. Porque a atividade sempre se desenvolve através de quadros [...]. A atividade sempre retrabalha o mundo do trabalho dentro do qual ela se desdobra e se moderniza. Não podemos fazer uma teoria da atividade, mas podemos identificar conceitos essenciais como a renormatização”.

Por sua vez, Ferreira (2000) afirma que ‘o caráter enigmático da atividade’ também é o elemento ‘generalizável’ de toda a atividade humana em situação de trabalho, por ser indissociável dela. Esse caráter enigmático faz do trabalho um ‘objeto’ sempre inacabado para os estudos da ergonomia. O autor aponta um caráter duplamente enigmático da atividade: o primeiro aspecto diz respeito à atividade como objeto de pesquisa, em que não se poderia configurá-la aprioristicamente. Ao contrário, durante esse processo, ela precisaria estar sempre se reconfigurando. Neste sentido, ela, na verdade, não pode ser considerada objeto, posto que é processo por não se apresentar de modo estático à pesquisa. O segundo aspecto é que a atividade é enigmática do ponto de vista do sujeito porque implicaria relações com o meio, com os outros e consigo mesmo (FERREIRA, 2000).

Entrada 2: Convoca a microgestão, a autorregulação, a produção de uma “mágica”

Béguin (2006: 55) afirma que a atividade em seu sentido mais amplo “é o que distingue o Homem da máquina, no trabalho” e que o homem não seria um mero fator em um sistema de trabalho porque ele está sempre a regular sua atividade, qualquer que seja ela. Além disso, e por isso mesmo, seria inadmissível a velha dicotomia entre o que se chama de trabalho manual e de trabalho intelectual. Em qualquer tipo de trabalho, não há só execução de tarefas, há sempre produção de algo novo, a partir de microgestões, que não pode ser previsto. E, por sua vez, cada regulação reverbera e interfere em todo o sistema e o desenvolve.

Já Leplat, segundo Silva (2006), vai falar dessas microgestões realizadas pelo operador na atividade, que vão transformar a tarefa a ser feita em uma nova, chamando-a de ‘tarefa redefinida’. Esta, então, estará inscrita em uma história muito mais ampla porque fará parte da história daquele trabalhador. Essa redefinição da tarefa diz respeito a inúmeras interfaces do trabalhador no trabalho: a relação com a construção de sua carreira; a manutenção e a busca de sua saúde em todos os níveis, se protegendo de possíveis danos; e o impacto de seu fazer em si mesmo e no ambiente social e organizacional à sua volta. Nesse sentido, na realização da tarefa, o trabalhador lida com uma gama complexa de questões que são trabalhadas e retrabalhadas em ato, mesmo de forma não totalmente consciente.

Silva (2006) diz que a tarefa redefinida ou atualizada pelo trabalhador é uma atividade singular. Esta, além de ser uma resposta à tarefa prescrita, também diz

respeito, ao mesmo tempo, a ele mesmo em sua inserção naquele meio social, ao seu desejo de ser reconhecido e de realizar-se. Além disso, a tarefa redefinida ou atualizada, após ser executada pelo operador, será apreciada e avaliada por ele mesmo, que fará as regulações que achar necessárias “pela confrontação entre os resultados obtidos e os objetivos incluídos na tarefa redefinida” (SILVA, 2006: 53). Nessa perspectiva, entram as motivações e os valores do operador da atividade, mas estes são também “influenciados pelas circunstâncias sociais de realização da atividade” (SILVA, 2006: 54). Dois aspectos aparecem nessa perspectiva de análise da atividade, segundo a autora:

O primeiro é as variações de comportamento do agente que, habitualmente, se relacionam com a tarefa ou com a carga de trabalho, mas que em certas circunstâncias têm uma origem lúdica: mudar, fazer de outro modo, encontrar uma nova solução, pelo único motivo de não fazer sempre a mesma coisa. Naturalmente que esta necessidade de mudança é sentida de forma diferente segundo os indivíduos. Assim, numa análise da atividade de trabalho é preciso estar atento à origem dessas variações. O segundo prende-se com as estratégias desenvolvidas no sentido de procurar preservar a sua saúde, a sua integridade física no decurso do exercício da sua atividade, limitando a ocorrência de agressões à sua saúde. A redefinição da tarefa, constitui uma forma, mais ou menos direta, de preservar a saúde e a integridade física, na medida em que nela se traduzem escolhas pessoais em termos de critérios de êxito, de aceitabilidade, adesão a determinadas regras de processo ou de segurança, etc. (SILVA, 2006: 54)

Na redefinição da tarefa, temos, por exemplo, a regulação da carga de trabalho, na qual entra a definição de limites, se modificam modos operatórios ou, ainda, se está atento aos riscos em função das condições em que se exerce a atividade para proteger-se.

Ao ser confrontado com o que tem a desempenhar, o trabalhador age sobre a tarefa que deve realizar naquela situação precisa, fazendo microrregulações. Ou seja, avalia, mensura, confronta com sua bagagem experiencial e interpreta, tudo ao mesmo tempo. Assunção e Lima (2005) chamam de “mágica” o que o trabalhador faz para produzir, para dar conta da situação, que nunca pode ser totalmente antecipada. “Mágica” porque ela acontece no fazer e, para se conseguir colocar em prática o que é preciso, visto que o real nunca é igual a uma situação passada, sempre é necessário criar algo de novo, mesmo que essa produção, na maioria das vezes, seja imperceptível ao próprio trabalhador. A Ergonomia usa o termo regulação para falar dessa mágica que o trabalhador faz cotidianamente em sua atividade e sem a qual não haveria produção. Há então uma espécie de incorporação (ASSUNÇÃO; LIMA, 2005), pelo trabalhador, dos objetivos a atingir no trabalho. Para a Ergonomia, os viventes em situação de trabalho

podem buscar chegar aos objetivos assentados pela organização do trabalho, ainda que as condições de trabalho não sejam tão apropriadas, podendo criar condições propícias para possíveis enfermidades ou mesmo acidentes de trabalho (ASSUNÇÃO; LIMA, 2005). Para a Ergonomia, o “trabalhador [...] regula a carga de trabalho, as consequências dos picos de produção, e que compensa os efeitos das exigências das tarefas elaborando estratégias particulares para tal fim” (ASSUNÇÃO; LIMA, 2005: 1780). “O homem não pode ser comparado a uma máquina, a máquina não tem uma ideia do mundo que a rodeia. O homem sente, age e reage às mudanças do sistema, desenvolvendo representações que se modificam à medida em que esse mundo se transforma pela sua ação” (ASSUNÇÃO; LIMA, 2005: 1780).

Uma questão importante que esses autores colocam, e que diz respeito à dificuldade em acessar, visibilizar e pesquisar a atividade e seus enigmas, é sobre o porquê de os trabalhadores esquecerem os motivos que os levaram a fazer microajustes. Os autores dizem algo simples e ao mesmo tempo fundamental para nós, pesquisadores da atividade humana, que aguça a necessidade do desenvolvimento de nossa sensibilidade ao nos aproximar do que se passa nessa dimensão. Eles respondem: é porque “estas situações são tão numerosas, e dependentes das circunstâncias, que os trabalhadores as esquecem tão logo o que as motivou desaparece” (ASSUNÇÃO; LIMA, 2005: 1781).

Entrada 3: Ao agir no meio pela atividade, o sujeito transforma e é transformado / Produtora do mundo simbólico

Béguin (2006), para falar do conceito de atividade, traz um autor que diz ser meio esquecido, mas fundamental para discutir esse tema: Ignace Meyerson. Afirma que esse autor, embora não utilize o termo ‘atividade’, em sua opinião foi um teórico desse conceito. Para Meyerson, as condutas humanas teriam um caráter sistemático, ou seja, se organizariam em função de imperativos como seus objetivos e normas sociais, o que significaria dizer, segundo Béguin (2006: 57), que as condutas humanas estão imbricadas em “sistemas simbólicos culturais – linguagem, religião, hierarquias sociais” e que, portanto, não seriam passíveis de compreensão sem levarmos em consideração esses sistemas.

Além do mais, o autor destaca que Meyerson afirmava que as condutas humanas estariam orientadas em primeiro lugar pelo ‘trabalho’, que ‘o trabalho’ é produtor do mundo simbólico no qual vivemos porque é pelo trabalho que o homem produz o

mundo, patrimônio material e imaterial, e os valores que são “julgados como necessários ou desejáveis pelo grupo com o qual o indivíduo se identifica” (BÉGUIN, 2006: 57). Para Meyerson, a noção de trabalho está imbricada na própria história do homem, está ligada à criação de obras, e suas obras acabariam por implicar outras obras e ações. Mas a noção de obra, para Meyerson, tem um sentido bem mais amplo do que normalmente atribuímos a obras realizadas na dimensão do trabalho *stricto sensu* – trabalho assalariado, segundo Schwartz (2008). Obras como “línguas, religiões, leis, ciências, meios de produção” (BÉGUIN, 2006: 57) são frutos ‘do trabalho’ humano, para Meyerson. Assim, as condutas humanas estariam orientadas “pela construção de um trabalho, de uma obra” (BÉGUIN, 2006: 57) que diz respeito à intervenção no mundo, tornar o meio que vive seu, ou seja, tornar o meio vivível, como diria Yves Schwartz (2011).

Béguin (2006: 57), ainda citando Ignace Meyerson, diz que “o espírito é mais espírito quando está realizado” e que “a obra cria o espírito, ao mesmo tempo em que o realiza”. Nesse sentido, esses autores salientam que o homem se produz à medida que produz obras que intervêm no mundo. Isto é, o homem, ao realizar uma obra, se transforma com ela. Ele então seria fruto dessa imersão em suas obras, individuais e coletivas. Portanto, ao produzir obras, é transformado por elas, porque farão parte do meio em que ele vive, trazendo novas relações e novas experimentações que reverberam tanto no meio quanto no próprio homem. Assim, nada que se constroi, que se produz, seria neutro, pois leva inevitavelmente a novas transformações no próprio meio.

Este mundo de obras, que constitui a história da civilização, também constitui a história do funcionamento psicológico do ser humano. As obras se diferenciam em uma variedade de esferas dentro de uma mesma cultura e de uma cultura a outra. Cada uma dessas esferas está determinada por sua particular linguagem e sistema de símbolos, os quais evoluem com a história e o engenho dos homens (BÉGUIN, 2006: 57).

Entrada 4: Tem sempre finalidade, é singular, não antecipável e demanda formação de compromisso. A atividade como processo e fonte de conhecimento

A complexidade das situações de trabalho mobiliza os trabalhadores em direção à concretização de sua tarefa, o que Béguin (2006: 56) vai chamar de “compromissos” que, singularmente, os trabalhadores efetuam entre duas “esferas de interesses”. A primeira esfera diz respeito ao compromisso com eles mesmos (trabalhadores), como, por exemplo, a sua saúde em todos os seus aspectos, além de competências que são

mobilizadas e desenvolvidas na atividade, e as dimensões subjetivas. Já a segunda esfera abarca os interesses da produção, do resultado.

Essas duas esferas poderiam, em dada situação, se tornar contraditórias. Nesse sentido, o trabalhador sempre está diante de desafios no trabalho que mobilizam muitas variáveis a dimensionar. Béguin (2006: 56) diz: é “produzir uma resposta original”. Na verdade, é a atividade que vai integrar todos esses determinantes envolvidos na ação. Além disso, também estão presentes na resposta do trabalhador sua história e as relações de produção a que está submetido, entre outras.

Dizer que toda atividade tem finalidade significa afirmar que tanto o operador quanto a prescrição sobre o que ele precisa fazer no trabalho se modificam de alguma maneira na própria atividade e que, nesse processo, a finalidade também vai se reconstruindo. É por essa razão que Schwartz (2004) traz em sua obra que, na atividade, o operador faz uso de si por si (microgestões) e uso de si por outros (ligado à parte da atividade que seria heterodeterminada).

A atividade, portanto, é caracterizada pela singularidade porque ela tem uma finalidade: é executada por determinado sujeito em um determinado tempo, tendo, paralelamente, características singulares e variáveis, incluídas aí a cultura, além de se dar em uma situação específica que vai imprimir exigências também singulares e variáveis em função de “suas dimensões materiais, organizacionais ou sociais” (BÉGUIN, 2006: 56). Além disso, a tarefa formal proposta para o trabalhador não contém em seu enunciado todas as respostas de que ele precisa para dar conta dela, pois entre a tarefa e sua realização há sempre uma situação real, que é constantemente singular e, portanto, não antecipável (BÉGUIN, 2006).

Assim, a atividade é, ao mesmo tempo, a resposta à demanda imposta pela tarefa a realizar e uma resposta à demanda do próprio operador de seus objetivos quanto ao trabalho que realiza, à carreira que quer construir, às pessoas que trabalham com ele, à empresa. Enfim, uma grande variedade de condições. De acordo com Béguin, para se debruçar sobre problemas encontrados no trabalho, é preciso voltar-se para a especificidade da situação problemática (abordagem intrínseca). E mais: é necessário ouvir os trabalhadores para saber como eles pensam ou veem esses problemas, o que significa dizer que é fundamental aproximar-se do trabalho real, em situação. Mas o real “é aquilo que se encontra e se conforma na atividade (e da qual só uma pequena parte é observável)” (BÉGUIN, 2006: 56). O real abarca, então, tudo o que diz respeito ao

operador, suas características, suas intenções de carreira, seu reconhecimento, sua saúde, seus limites e o coletivo em que está inserido.

Já Ferreira (2000) aponta o ‘aspecto finalístico’ da atividade de trabalho como mais um dos elementos de caráter ‘generalizável’ do conceito de trabalho para a Ergonomia da Atividade, pensando-o nessa relação entre o sujeito e um contexto singular. A atividade não seria uma abstração já que é encarnada em um corpo em determinada temporalidade.

Silva (2006) chama a atenção para o fato de que inúmeros autores destacam que a atividade, portanto, não é comportamento, dentre eles Montmollin (1997), que diz que a atividade é ‘processo’, sendo então o comportamento a parte observável desse processo. Dessa maneira, a atividade é um processo que transborda ao observável. E ela pode existir mesmo quando não houver um comportamento motor observável. Na atividade em situação de trabalho, estão presentes vários aspectos a serem analisados para seu entendimento e desenvolvimento, como os comportamentos observáveis, a atividade mental mobilizada em situação, a tarefa a executar, o comprometimento dos trabalhadores, os conhecimentos mobilizados e os objetivos internos e externos dos trabalhadores. Tudo isso produzirá e mobilizará competências já adquiridas que, assim, serão também transformadas, e outras constituídas a partir da situação.

Quando se confronta a tarefa que é prescrita para o trabalhador e efetivamente o que ele faz, verifica-se que há desvios. Esses desvios, na realidade, são considerados por Leplat (SILVA, 2006) como “retrabalho” ou “redefinição” da tarefa pelo operador sobre as prescrições. Da leitura que faz das prescrições, o agente poderá constatar a existência de imperfeições, de lacunas, de contradições e até de omissões. Impõe-se então redefinir as prescrições de modo a tornarem-se exequíveis ou operacionalizáveis” (SILVA, 2006: 53), que também têm um objetivo e condições de execução, definidos agora pelo agente. Portanto, ele realiza outra tarefa, diferente da prescrita. Nesse sentido, a análise da atividade não poderia ficar presa à comparação apenas com a tarefa prescrita, porque há outras tarefas envolvidas além dessa, inclusive a que o próprio operador elabora para realizar o que tem de ser feito. Isso tudo é a atividade.

Entrada 5: Produtora de respostas originais e, conseqüentemente, produtora de conhecimento / saberes em todos os níveis desde o agente ao analista da atividade

Destacamos um dos aspectos que a ergonomia aborda ‘a partir de’ e ‘nas’ suas intervenções, que é o estudo das repercussões dessas intervenções no trabalho sobre a

aquisição e o desenvolvimento das competências dos trabalhadores. A produção de saberes implica um mesmo movimento de produção de competências. Saberes e competências são opacificados por serem produzidos em atividade, porque surgem justamente ‘no’ processo da atividade e parte desse processo não é visível, habita dimensões sutis, temporalidades outras, diversas da que estamos acostumados a observar com facilidade, ou seja, a temporalidade espacializada, cronológica.

Para a Ergonomia, o trabalhador, seja ele qual for, não é um simples cumpridor de tarefas (ASSUNÇÃO; LIMA, 2005), predeterminadas, o qual possa ser substituído a qualquer tempo por outro trabalhador sem impacto para a produção. Daí a importância de saber-se da existência desses saberes e de serem levados em conta mais precisamente pela organização de trabalho e pelos próprios trabalhadores, o que sem dúvida os potencializa.

Pelo ponto de vista de Ignace Meyerson (*apud* BÉGUIN, 2006), o homem tem como destino intervir no mundo, agir para viver e, assim, produzir mundo. Ou seja, a partir de sua atividade, produz sempre conhecimento, saberes que constroem história. Produzir, então, conhecimento é parte do agir humano. Ele não produz conhecimento para agir, ele age e, assim, produz conhecimento. É em sua ação que o tempo todo está construindo obras que são saberes concretizados, que gerarão, dessa maneira, outros saberes e outras obras em uma circularidade que não tem fim.

Nesse sentido, o homem está sempre orientado para o futuro; ao fazer, ele antecipa os resultados que almeja. Mas, ao mesmo tempo, isso é fonte de controvérsias e tensões porque há concepções conflitantes em uma mesma cultura de como o futuro deverá ser e, como consequência, as ações que precisariam ser implementadas (BÉGUIN, 2006). Essa questão constitui um problema humano fundamental, segundo o autor, e algo central na história, que demanda uma predisposição ética e política de negociação humana constante. Béguin, ao se referir à atividade humana, fala de ‘ator humano’ em vez de ‘fator humano’, porque, para ele, o ator regula, gera a atividade em seu conjunto, além de desenvolvê-la. Já o fator humano se referiria ao humano ser um simples componente do sistema.

Já para Silva (2006: 53), a atividade de trabalho é constituída por todas as transformações ocorridas “desde a apropriação das prescrições à execução e respectiva apreciação”. A autora complementa que o analista da atividade – o psicólogo ou o ergonomista, por exemplo –, ao analisar a atividade de trabalho do agente, também irá reconstruí-la. Isso porque, na sua análise, entrarão também os saberes acadêmicos,

produzindo, portanto, uma leitura singular. Assim, a produção de conhecimento sobre o trabalho é inerente a esse fazer.

Assunção e Lima (2005: 1781) falam da produção de “automatismos” em função do tempo de exercício e de experiência: “outra dificuldade para compreender a atividade de trabalho é que várias das habilidades desenvolvidas pelos trabalhadores tornam-se automatismos, isto é, hábitos de comportamento que são eficazes, mas que são colocados em prática de forma subconsciente”.

O automatismo a que os autores se referem seria a produção de conhecimentos tácitos, os quais passam a ficar impregnados no corpo a partir da experiência. Isso não significa a automatização dos robôs, mas a corporificação de competências que possibilitam ao trabalhador agir, sem precisar estar consciente de cada movimento. Um exemplo prático temos quando aprendemos a dirigir. No início, precisamos prestar atenção a tudo que fazemos, mas depois conseguimos até ter uma conversa séria enquanto fazemos os movimentos necessários porque a nossa atenção está liberada graças a esses automatismos. Conhecimentos tácitos – ou competências tácitas – são desenvolvidos no fazer a partir do encontro do trabalhador com a atividade. Conhecimentos estes, portanto, que são silenciosos para o próprio trabalhador porque são enigmáticos e complexos devido ao fato de sua construção ser atravessada por muitas relações e interrelações complexas, que percorrem atalhos, desvios. Relações que demandam a articulação de muitas variantes: o ambiente, que inclui outros trabalhadores; as tarefas a desempenhar; o destinatário de seu trabalho; as ferramentas e os artefatos utilizados; o próprio corpo do trabalhador e o tempo que está ligado à experiência/experimentação viva por meio do fazer. É o que, de outro modo, Schwartz (2010) chama de saber investido na atividade.

Portanto, os saberes produzidos na atividade tornam-se um patrimônio do trabalhador, mas esse patrimônio diz respeito a um coletivo, ou seja, a uma situação de trabalho específica, que inclui outros trabalhadores, técnicas, ferramentas, situações vividas, obstáculos enfrentados. Enfim, nos saberes produzidos na experiência, não se trata de algo individual, mas parte-se de um coletivo em que se está inserido, experiência incorporada pelo trabalhador. Por isso, em outra situação, em outro coletivo, há que se aprender novas coisas.

Ferreira (2000) afirma que o ‘conhecimento’ e o ‘sentido’ da atividade seriam inseparáveis. Questão difícil que se coloca para a ergonomia, segundo o autor: estudar o

conhecimento produzido pelos trabalhadores, já que isso implica estabelecer a confrontação entre diferentes representações sobre o trabalho e criar novas.

Trazer, então, o *savoir-faire* dos trabalhadores, não apenas com finalidade tecnoproductivista, mas para garantir sua participação nas transformações que se fizerem necessárias no trabalho é o que objetiva o paradigma da Ergonomia. Uma das implicações da metodologia da Ergonomia é sua ligação direta com a produção de conhecimento sobre a atividade, ou seja, o próprio campo de intervenção da Ergonomia é gerador de conhecimento junto aos trabalhadores. Assim, a metodologia da Ergonomia não aplica conhecimentos prontos; ela gera conhecimentos sobre a atividade situada do trabalhador.

Toda atividade está em uma situação de trabalho e imersa em diferentes temporalidades. Na próxima entrada, faremos uma discussão sobre a dimensão da temporalidade na atividade.

Entrada 6: A temporalidade da atividade Variabilidade dos humanos e dos contextos de trabalho

A ergonomia da atividade evidencia que há variabilidade tanto da tarefa quanto do trabalhador ao longo de uma jornada de trabalho, como também deste último ao longo dos anos, seja por desgaste físico, seja por sua história, suas experiências. A concepção de homem na Ergonomia da Atividade também é importante para entendermos em que base ética e política ela se assenta: “é um organismo vivo, perpetuamente em desenvolvimento. Isso quer dizer que ele [o homem] varia constantemente no tempo (o que a ergonomia chama de variabilidade intra-individual)” (ASSUNÇÃO; LIMA, 2005: 1780). Essa variabilidade temporal quer dizer que o homem é marcado sempre por suas experiências. Há também as variabilidades interindividuais, que são muitas. A atividade é, portanto, algo que marca o sujeito, tanto para o aumento de sua potência quanto para o seu enfraquecimento. Assunção e Lima (2005), com inspiração em Alain Wisner, afirmam que a atividade – quer seja predominantemente física, quer seja predominantemente mental – produz repercussões sobre o homem em todas as dimensões: psicológica, fisiológica e operatória.

Uma das razões pela qual o trabalho prescrito difere do trabalho real é porque a atividade é sempre realizada em contextos singulares, tendo assim como consequência a necessidade de se lidar com múltiplas variabilidades atravessando cada situação de

trabalho. No que diz respeito aos fatores externos ao indivíduo que influenciam na atividade, os autores exemplificam alguns:

Apesar da tentativa de se controlar todos os fatores intervenientes na produção, sempre ocorrem incidentes e variações que mudam a situação de trabalho: a matéria-prima não é fornecida a tempo ou na qualidade desejada; as ferramentas se desgastam, as máquinas se desregulam ou quebram; colegas faltam ou entram novatos na equipe; os modelos de produtos se modificam etc. [...] Portanto, longe de ser um conjunto de regras conhecidas de antemão, a atividade é um conjunto de regulações contextualizadas, no qual tomam parte tanto a variabilidade do ambiente quanto a variabilidade própria ao trabalhador (ASSUNÇÃO; LIMA, 2005:1780-1781).

Temporalidades

Alvarez (2010) faz uma análise das temporalidades que atravessam a dimensão do trabalho, mostrando que nela está presente não só o tempo espacializado, linear, mas também um outro tempo. Esse tempo não se presta a ser quantificado, porque é heterogêneo, múltiplo, imprevisível, emerge na trama da própria atividade de trabalho, tecido em suas engrenagens. Ele surpreende, desafia e impõe mobilizações múltiplas ao trabalhador. Trata-se do ‘tempo-devir’, que a autora chama de “duração”, noção desenvolvida pelo pensador Henri Bergson (2008).

Zarifian (2002: 1), também nesse caminho, trata da temporalidade no trabalho a partir dessas duas concepções do tempo: o ‘tempo espacializado’ e o ‘tempo-devir’. São temporalidades que se atravessam, mas se manifestam de formas diferentes. O ‘tempo espacializado’ está presente no que diz respeito à disciplina e na regulação dos atos de trabalho, enquanto o ‘tempo-devir’ refere-se à “mobilização da experiência passada e antecipação do porvir”. O autor diz que haveria “uma interioridade recíproca entre o tempo e o trabalho”, mas ele distingue o tempo-devir, que nasce dentro da atividade de trabalho, em qualidade, do tempo que regula o trabalho externamente, o tempo espacializado. Mas a temporalidade do tempo-devir que atravessa a atividade de trabalho não é algo evidente. Segundo Zarifian, ao contrário, nossa sociedade estaria cega a seu respeito.

O autor também se inspira na noção de ‘duração’ de Henri Bergson ao escrever sobre o tempo-devir. Ele diz que é “um ímpeto permanente da totalidade do passado (em sua virtualidade e atualidade) em direção ao futuro” (ZARIFIAN, 2002: 2), enquanto o tempo espacializado é o que domina no aspecto social e de organização na vida moderna. É um símbolo social que adquiriu um lugar privilegiado e ajudou na

consolidação de sociedade moderna. O tempo espacializado está intimamente ligado à autodisciplina que foi e ainda é fundamental para a consolidação do capitalismo moderno.³

A disciplina do tempo espacializado forma-se inicialmente sobre o fundo da autodisciplina. Se as sociedades modernas, devido à complexidade e diversidade das interações sociais que nela estão em jogo, não tivessem desenvolvido uma forte autodisciplina de respeito ao tempo inculcado nas crianças de uma maneira muito similar ao aprendizado da linguagem (linguagem que é amplamente portadora de referências a esse tempo), é provável que o capitalismo industrial tivesse tido grandes dificuldades de impor suas regras. Mas, por outro lado, a disciplina do tempo industrial incontestavelmente reforçou e generalizou a autodisciplina do tempo, fazendo do tempo do trabalho um tempo que é sustentáculo de toda a atividade social (ZARIFIAN, 2002: 7).

O tempo espacializado é um tempo que está fora da experiência, é socialmente forjado como universal, a ponto de ter se tornado referência entre dois movimentos, duas concepções do tempo. Um deles é construído progressivamente com critérios muito precisos, passando a ser a principal referência de temporalidade, em detrimento de outro movimento, que diz respeito a outras temporalidades ligadas à experiência, como o tempo regido pelos ritmos da natureza⁴, ou os ritmos do próprio corpo. Mas, ao se tentar referenciar esse tempo do devir ao tempo espacializado, tem-se a ilusão de subjugar-lo, o que evidentemente não é possível, porque ele sempre escapa, ele é transgressor por natureza. Esse movimento-referencial ao tempo espacializado foi progressivamente definido e tecnicamente construído com base em critérios muito precisos: ele deve ser rigorosamente reproduzível; totalmente regular e mecânico; neutro (nenhum valor particular pode ser ligado a ele); definido como uma sequência de instantes; [...] separados por espaços estritamente equivalentes (o espaço entre dois segundos) (ZARIFIAN, 2002: 3).

Assim, o tempo espacializado foi sendo tecido aos poucos no campo social na modernidade e produzindo um tipo de controle sobre a experiência cotidiana tanto dentro do trabalho como fora dele, servindo para medir e quantificar a experiência. Zarifian (2002) afirma que se confundem socialmente, no tempo especializado, acontecimentos heterogêneos, singulares. O autor diz que, na verdade, são esses acontecimentos que darão sentido ao primeiro, e não o contrário. Então, os acontecimentos que estão em outra ordem, que têm outra duração, são “chapados” no tempo espacializado, em uma linha cronológica linear. Podemos dizer que essa forma de aprisionar o tempo, esquadrinhando-o, a partir do capitalismo industrial foi fundamental para organizar as relações entre força de trabalho (tempo para realizar determinada

tarefa no trabalho) e produção; entre hora de trabalho e hora de não trabalho; número de horas trabalhadas e salário etc., organizando toda a vida social desde a sociedade industrial até os nossos dias.

Nesse sentido, processos que são qualitativamente heterogêneos na vida social são organizados também a partir desse movimento referencial homogêneo padronizado, o que tende a produzir justamente uma invisibilidade de suas diferenças, demandando, como consequência, um esforço para percebermos suas singularidades. Ou seja, tendemos a uniformizar os encontros, que são sempre singulares ao serem vistos pelo registro do tempo cronológico em nossa sociedade (na escola, na fábrica, no hospital, no bar, na igreja...), não vendo as singularidades que os atravessam e, por consequência, costumamos olhar só o que se repete.

Como já dissemos, algo sempre escapa desse tempo espacializado. E é nesse escape que podemos nos dar conta desse outro tempo que não cabe nessa linha linear, que é o tempo que Bergson (2008) chama de duração, o tempo-devir. Por exemplo: por que em algumas situações sentimos que o tempo se arrasta, parece que não passa, e em outras, ao contrário, não o sentimos passar? Quando comparados com o tempo que passou no relógio, o sentimos voar? Algo de singular então ocorreu, que o tempo esquadrihado não deu conta de explicar. Se formos explicá-lo pelo tempo do relógio, nada de diferente aconteceu com o tempo, ele passou da mesma forma de sempre, não acelerou, nem lentificou; mas a experiência que se teve dele nessas situações foi de outra ordem, estava em outra dimensão de duração.

O tempo-devir é simultaneamente objetivo e subjetivo. O devir se impõe (não escolhemos envelhecer), mas ele faz sentido pelo valor diferenciador que atribuímos ao curso das coisas e aos acontecimentos que nele se produzem, pelas sínteses disjuntivas que operamos na esteira desses acontecimentos. [...] Entre o antes de e o após um acontecimento marcante, esgueira-se a iniciativa humana, modesta, mas essencial (ZARIFIAN, 2002: 5).

As expressões de ações que se concretizam por meio dos tempos verbais nos trazem o que expressa o tempo-devir, que sempre implica um movimento de diferenciação do momento imediatamente anterior, porque os tempos verbais expressam ações, mutações do tempo. Por exemplo, crescer, envelhecer, cair, subir, sair e entrar exprimem inúmeras mutações de situações, do movimento dos corpos, expressam a mutação do próprio tempo. E as ações-devires podem se imbricar uma na outra a partir dos encontros que acontecem, produzindo outras ações. “É no presente que devimos a todo instante, mas em instantes heterogêneos, momentos qualitativos, evanescentes. O

antes de uma mutação é sempre qualitativamente diferente do após e ‘a todo instante’ essa mutação se opera. Não cessamos de envelhecer (e de certo modo de crescer)” (ZARIFIAN, 2002: 5).

Zarifian (2002) também aproxima o conceito de ‘tempo-devir’ ao conceito de ‘tempo ergológico’. O *savoir-faire* do trabalhador se materializa em ato na atividade, e é na atividade, em tempo real, que ele interpreta todos os microacontecimentos engendrados ali. Nesse tempo, ocorrem também antecipações, mobilizações, escolhas, microgestões. Isso não quer dizer que o tempo espacializado não está presente também como uma variável importante, em um “certo ritmo de trabalho” (ZARIFIAN, 2002: 11). Mas o cuidado na realização do trabalho habita esse outro tempo também, o tempo ergológico (SCHWARTZ, 2000). É ele que dá sentido ao trabalho e à qualidade que se espera de seu *savoir-faire*.

O tempo-devir se materializa na história, no fazer. Nesse momento em que estão em relação o trabalhador, sua tarefa, o meio à sua volta, o tempo-devir é engendrado, o tempo ergológico está presente nesse processo em que se dá a atividade. É nesse espaço-tempo que a ação se plasma a partir de um movimento em direção à situação problemática. Nela, é necessário tomar microdecisões, fazer microgestões que se refletirão no modo e na qualidade desse fazer. Mas se o tempo cronológico se sobrepujar ao tempo ergológico, pode-se produzir um descompasso qualitativo no resultado do trabalho, porque esses dois tempos não necessariamente coincidem. O tempo ergológico está qualitativamente voltado para a ação qualificada, ao fazer ‘bem-feito’⁵ É habitar o tempo-devir da atividade, que não é um tempo individual, e sim da situação singular.

Zarifian (2002), então, a partir dessa diferenciação entre o tempo espacializado e o tempo-devir, diz que, na dimensão do trabalho, o ‘tempo espacializado’ seria o ‘tempo de trabalho’ e o ‘tempo-devir’, o ‘tempo do trabalho’. Podemos dizer, portanto, que é no tempo-devir que se efetiva a atividade e, com ela, a criação. Na afirmação desse tempo, cria-se algo, renormatiza-se. Trata-se do momento preciso, *kairós*.

A gestão do instante na situação de trabalho significa a necessidade de se fazer escolhas e agir. Isso não é algo que se possa antecipar, nem prever. Então, é o que se experimenta quando se fala do tempo ergológico: uma temporalidade em que a ação busca uma tentativa sempre parcial de controle sobre o que acontece a partir dessas variabilidades imprevisíveis. “Esta gestão do instante, como cópia não conforme do real supõe, por exemplo, a escolha de pontos de atenção, de vigilância, de colaborações

preferenciais, de escolhas de comunicação e de transmissão, em resumo, a criação de esboços de mundo e de bens comuns em pleno coração da atividade” (ALVAREZ, 2004: 185).

Conclusão

Todas essas entradas nos levam a perceber que a atividade humana produz saberes e histórias situadas em diferentes temporalidades. Ela pode nos auxiliar a compreender os processos gestionários no cotidiano dos diversos processos de trabalho. Assumir que a atividade tem uma temporalidade do devir auxilia a entender por que uma hora de jornada de trabalho pode ser muito mais exigente numa determinada situação de trabalho que oito horas em outra situação; que planejar o tempo necessário para a realização de determinada tarefa não é simplesmente conceber a produção de uma série de ações em determinado tempo cronológico, embora este último também seja uma referência necessária.

A pesquisa da atividade exige um método que consiga apreender o movimento, se recusando à ilusão de uma total compreensão do que se passa. Porém essa discussão metodológica exigiria o espaço de um outro artigo. No momento, nos contentamos em explicitar que aceitar a sua complexidade e a impossibilidade de resolver todos os enigmas da atividade não implica se recusar à tarefa árdua do pesquisador de buscar o máximo de compreensão possível, porque é no aqui e agora das microdecisões tomadas no trabalho que estão sendo construídas as possibilidades ou obstáculos para a construção de um viver juntos.

Referências

ALVAREZ, Denise. *Cimento não é concreto, tamborim não é pandeiro, pensamento não é dinheiro!* Para onde vai a produção acadêmica? Rio de Janeiro: Myrrha, 2004.

_____. O dicionário – Verbete Tempo. *Laboreal*, v. VI, n. 2, p. 71-75, 2010.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; LIMA, Francisco de Paula Antunes. A contribuição da ergonomia para a identificação, redução e eliminação da nocividade do trabalho In: MENDES, Renê. *Patologia do Trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005. v. 2. p. 1.767-1.789.

BÉGUIN, Pascal. Acerca de la evolución del concepto de actividad. *Laboreal*, v. 2, n. 1, p. 55-61, 2006. (Tradução livre de autores)

BERGSON, H. *Matière et mémoire*. 8ª ed. Paris: Quadrige/PUF, 2008.

- FERREIRA, Mário César. Atividade, categoria central na conceituação de trabalho em ergonomia. *Alethéia*, v. 1, n. 11, p. 71-82, 2000.
- MONTMOLLIN, Maurice de. Verbete Atividade. In: *Vocabulaire de l'Ergonomie*. 2. ed. Toulouse: Octarès, 1997. p. 26-29.
- REZENDE, João Batista. *Da servidão e da liberdade no trabalho*. Rio de Janeiro, 1986, 156p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- SCHWARTZ, Yves., *Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe*. Toulouse, Octarès, 2000.
- SCHWARTZ, Yves. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. In: FIGUEIREDO, Marcelo et al. (Orgs.). *Labirintos do trabalho*. Interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- _____. O trabalho numa perspectiva filosófica. In: NOZAKI, Izumi (Org.). *Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber*. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: Editora da UFMT, 2008.
- SCHWARTZ, Yves. O homem, o mercado e a cidade In: Schwartz, Yves. & Durive, Louis (Orgs). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010. p. 247-273.
- _____. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011.
- SENNETT, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. *Juntos*. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SILVA, Catarina. Sobre a psicologia ergonômica de Jacques Leplat. *Laboreal*, v. II, n. 2, p. 47-61, 2006.
- THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 267-304.
- ZARIFIAN, Philippe. O tempo do trabalho: o tempo-devir frente ao tempo espacializado. *Tempo social*, v. 14, n. 2, p. 1-18, out. 2002.

Joseane Tavares de Azeredo Silva
Psicóloga da Universidade Federal Fluminense.
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade
Federal Fluminense.
E-mail: joseanetavares@hotmail.com

Hélder Pordeus Muniz
Professor Titular do Departamento e da Pós-graduação em Psicologia da Universidade
Federal Fluminense.
E-mail: heldermuniz@uol.com.br

¹ “A ergonomia integra os conhecimentos fisiológicos e psicológicos, quando estuda o homem em situação real de trabalho, para identificar os elementos críticos sobre a saúde e a segurança originados nestas situações, e, a partir daí, elabora recomendações de melhoria das condições de trabalho, bem como desenvolve instrumentos pedagógicos para qualificar os trabalhadores” (ASSUNÇÃO; LIMA, 2005: 1780). O foco do trabalho do ergonomista é a relação do trabalhador com sua atividade de trabalho, visando ao seu bem-estar na atividade. Nesse sentido, a ergonomia não é uma disciplina do indivíduo/trabalhador, mas sim do trabalhador em interface com o meio sociotécnico e com outros trabalhadores. Ela está preocupada com aspectos de saúde do trabalhador (físicos e emocionais), como também a saúde de sua atividade. Para Ferreira (2000), a atividade é o fio condutor que ligaria diversas abordagens em ergonomia, além de ser a fonte principal de conhecimento para essa disciplina.

² Termo escolhido por Yves Schwartz para denominar uma perspectiva ética e epistemológica nos estudos sobre a atividade industriosa humana, que tem como principal exigência considerar ‘o ponto de vista da atividade’.

³ Cf. também Thompson, 2002.

⁴ Sobre esse tema, cf. Rezende, 1986.

⁵ ‘Bem-feito’, aqui, diz respeito ao ‘cuidado no fazer’, ao sentido que tem para o trabalhador o trabalho que realiza, à sensação produzida ao construir algo de que sente orgulho. Aqui há uma integração com a obra. Dizemos também que ao realizar algo ‘bem-feito’ se processa uma diferença nesse fazer, se sai diferente de um momento imediatamente anterior à realização. Não é a reprodução de algo que já se sabe; há a produção de novos saberes, no sentido que também Richard Sennett (2009) dá ao termo ‘bem-feito’.